

ATA DA 479ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos doze dias do mês de agosto do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Ana Paula Kayamori de Oliveira, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. Ausentes justificadamente os Conselheiros Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Lucio Mota do Nascimento. O Presidente iniciou a sessão às 09h50min, encaminhando a ata da 479ª Sessão Ordinária para deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, comunicou que, nesta última segunda e terça-feira, esteve em Brasília para acompanhar a tramitação e votação do projeto de lei que trata da renegociação da dívida dos estados, e informou que a Apadep esteve presente também. Relatou que, após intensa articulação, houve a sinalização de retirada dos trechos que mencionavam a Defensoria Pública, mas isso não significava que os dispositivos pudessem voltar a ser apresentados, assim nesse ponto, informou que acompanharia a tramitação do projeto. Pontuou que esteve em conjunto com a Apadep em reunião com a bancada dos Deputados na Assembleia Legislativa, que contou com a participação de representantes de outras instituições do sistema de justiça, e elogiou a articulação política da Apadep, que incluiu a Defensoria Pública nessa reunião. Informou que, na oportunidade, a situação da Defensoria Pública ia muito além de questões corporativas e remuneratórias, e apontou que a instituição contava com uma estrutura aquém daquela necessária para o atendimento da população. Contudo, informou que o projeto encontra-se na Câmara e posteriormente seguirá para o Senado Federal. Comunicou que, na última semana, esteve em reunião na Assembleia Legislativa para tratar do projeto de reajuste dos vencimentos dos integrantes da Defensoria Pública, e informou que, no encontro com alguns Deputados Estaduais, expôs a situação dos servidores, bem como as tratativas com o executivo para o aporte necessário de recursos. Informou que os Deputados haviam sinalizado dificuldade em todas as categorias, e consideraram que o envio do projeto havia sido um erro, pois não havia lastro político e financeiro, e dificilmente avançaria no âmbito da Assembleia Legislativa. Comunicou que, na mesma oportunidade, deu continuidade ao projeto de lei que prevê a vantagem não pecuniária de compensação, possibilitando a indenização em caso de indeferimento de gozo. Relatou que, neste caso, a iniciativa tinha sido bem recebida na Assembleia Legislativa, e informou que na próxima semana se reunirá com os demais líderes para tratar do assunto. Citou que as reuniões foram realizadas com o Presidente da Assembleia e líderes de partidos, incluindo o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesp, visando tratar dos projetos PLC nº 58/15 e PLC nº 25/16, e de pautas comuns entre a Comissão e a Defensoria Pública. Comunicou que, nesta semana, havia realizado uma reunião com o Secretário de Planejamento para tratar da questão orçamentária da instituição, visando a suplementação orçamentária ainda para o ano de 2016, e sobre o orçamento para o ano de 2017. Comentou que havia sinalizado ao Secretário que, em setembro, seria necessário um aporte para arcar com as contas do mês, caso contrário teriam dificuldades para arcar com os compromissos de custeio, e essa é a situação que mais preocupa. Contudo, apontou que a Secretaria de Planejamento e Gestão atualiza o cenário mensalmente com o Governador, sinalizando ser prioridade a situação da Defensoria Pública. Externou que acredita no aporte, mas ponderou que a execução depende de uma decisão política, que ainda não havia sido tomada, mas ressaltou que tem articulado, visando transmitir o cenário real da instituição. Avaliou a reunião profícua, identificando que existe sintonia entre a Defensoria e a Secretaria de Planejamento e Gestão, considerando importante o contingenciamento, tanto pelo lado financeiro, como também simbólico, pois contribui na construção do resultado almejado. Comunicou que, ainda nesta semana, havia sido realizada uma reunião com os Diretores Administrativos das Regionais para orientação e aperfeiçoamento dos trabalhos, e citou que na mesma linha havia sido realizada uma reunião das Subdefensorias com os Coordenadores Regionais, visando orientar a respeito da paralização dos servidores. Comunicou que, na última quarta-feira, havia realizado uma reunião com a Coordenadora da Associação dos Servidores, visando discutir a pauta reivindicatória da carreira e do andamento dos pleitos. Relatou que, na reunião, havia sido esclarecido de que, apesar da iniciativa de lei pela Defensoria Pública, infelizmente a instituição não gera o próprio orçamento, e não havia sinalização de um índice

viável de reajuste. Tentou transmitir a entidade de classe o seu ponto de vista caso siga a paralização, que poderá acarretar na articulação com o Executivo, e ressaltou que a melhor estratégia compete à carreira, cabendo à Defensoria Geral transmitir sua avaliação e negociar o pleito, destacando que vem sendo feito desde maio. Informou que, na última quinta-feira, havia sido transmitido um comunicado à carreira sobre os esforços empreendidos pela Defensoria Geral, destacando a diferença de tempo do executivo e da Defensoria Pública, pedindo que houvesse a somatória de esforços, sem radicalização. Por fim, comentou que havia sido entregue à Associação dos Servidores um estudo realizado pela Assessoria Jurídica contendo as consequências de uma possível paralisação, no ponto de vista funcional, e destacou a postura do Defensor Geral com relação a obediência à lei como gestor e as suas consequências caso prossigam. Após, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência dos Conselheiros Lucio Mota e Luiz Eduardo em razão de licenças-médicas. Em seguida, deu início ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Coordenador do Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, Defensor Erik Saddi. Ele agradeceu a célere tramitação dos autos CSDP nº466/16, e pontuou que a proposta visa mudar a nomenclatura do órgão, proporcionando a mudança para “igualdade e a diversidade racial”, tendo iniciativa pela gestão anterior. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Daniel Palotti Secco, Unidade Infância e Juventude. Ele relatou as dificuldades vivenciadas no local, diante a elevada quantidade de audiências e da insuficiente quantidade de Defensores. Citou que, em 2014, haviam sido realizadas mais de 12 (doze) mil audiências, e no ano de 2015 chegavam a 14 (quatorze) mil apuradas de ato infracional. Comentou que, no último projeto de expansão, havia sido previstos 2 (dois) cargos para a unidade, entretanto, sinalizou que, nesse período, as atividades locais vem sendo precarizado, refletindo na saúde dos Defensores. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra a próxima inscrita, Defensora Pública Ligia Cintra Trindade, Unidade Infância e Juventude. Ela acrescentou que em sua unidade há grande rotatividade de Defensores em certames de remoção, causando excesso de trabalho. Frisou que, na próxima semana, ocorrerá pautas extraordinárias, pois os Defensores locais não têm condição de absorver a demanda, pois já revezam para substituir uma licença maternidade. Pontuou que os Defensores realizam audiências o dia e a semana inteira, estando impossibilitados de realizarem outras atividades, citando o atendimento que atualmente é realizado por estagiários de direito. Por fim, relatou que, na última semana, havia sido realizada uma reunião com a Segunda Subdefensoria, mas infelizmente não houve avanço nas tratativas, pois a unidade vive uma situação delicada. Em seguida, o presidente franqueou a palavra ao Assistido Vanderlito Raimundo Ramos da Silva. Ele reclamou da situação de um albergue que estava frequentando, e sinalizou que o problema era vivenciado por outras pessoas em situação de rua, devendo ser tratado de forma coletiva. Abordou que, desde a sua ida ao momento aberto em sessões anteriores, havia notado melhoria no atendimento inicial da Defensoria, mas considerou que ainda era necessários mais avanços. Proferiu a leitura de um encaminhamento redigido pelo atendimento no plantão cível dirigida a Unidade da Defensoria de Atendimento PopRua. Assim, pediu que houvesse resposta da administração sobre o retorno da demanda. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao servidor, Renato Domingos, Oficial de Defensoria. Ele relatou que, nesta sexta-feira, havia sido definido que haveria paralisação dos servidores, e apontou que, na parte da tarde, seria realizada uma assembleia para decidir sobre a greve prevista para acontecer na próxima segunda-feira. Agradeceu a abertura que a Defensoria Geral tem propiciado aos servidores para discutir os pleitos, mas comentou que, na última reunião, havia sido colocadas as sanções em caso de deflagração da greve, inviabilizando as pautas de negociação por parte da Associação dos Servidores. Considerou que a administração deveria adotar os mesmos parâmetros utilizados durante a greve ocorrida em 2009 pelos Defensores Públicos, e avaliou que alguns pontos serão levados na Assembleia, pois entendem que lesam o direito de manifestação dos servidores. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra à Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), Sra. Maria Nazaré Cupertino. Ela informou que recentemente havia tomado posse da função, e solicitou cópia integral do processo que indicava a escolha do Ouvidor-Geral para o biênio 2016/2018, de modo que o Condepe possa oferecer contribuições neste processo. Se sentiu confortável na fala do Defensor Geral com relação as tratativas de fortalecimento e estruturação da Defensoria Pública, e relembrou do processo de criação da instituição, sendo uma conquista da sociedade civil. Por fim, reconheceu que a Defensoria Pública anda na contramão dos projetos políticos, que prevê retrocesso de Direitos Humanos, mas que confia na instituição em prol da garantia dos direitos e que não sejam violados e retirados. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra à servidora Marisa Sandra Luccas, Agente da Unidade

Marília. Ela reiterou seu pedido de afastamento para participar de um evento a ser realizado em Brasília, nos dias 22 e 23 de agosto de 2016. Citou que o curso proporcionará conhecimento técnico em suas atividades, pois realiza conciliações muito antes do Cejusc chegar em sua cidade. Prestou apoio ao ex-Defensor Ivan Gomes, que relatou na última semana estar respondendo a processo por ato praticado em sua atuação funcional como Defensor Público. Por fim, apontou que as unidades da Defensoria em Tupã, Marília e Presidente Prudente realizam coleta seletiva de material reciclável, e lembrou a existência de um projeto chamado "Defensoria Verde" ocorrido em meados de 2010, nesse sentido, considerou importante retomar o projeto, a fim de ser aplicado em todas as unidades. Após as manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação ao atendimento do Assistido Vanderlito, o Presidente prestou esclarecimento de que a Segunda Subdefensoria Pública-Geral estava acompanhando as demandas através de reuniões com as Secretarias Municipais de Direitos Humanos e de Assistência Social, visando tratar do atendimento à população de rua. Mencionou que a Coordenação do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos também estava atenta a questão, de modo que houvesse melhoria no atendimento à população. Com relação ao Condepe, o Presidente parabenizou a coragem em assumir a Presidência do Condepe, e colocou a Defensoria Geral à disposição. O Ouvidor Alderon Pereira deu boas vindas a Presidente Maria Nazaré, e mostrou a importância da Defensoria Pública e o Condepe trabalharem em conjunto pela defesa dos direitos humanos. Não havendo mais informes, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Alexandre Orsi indagou sobre as consequências caso não se tenha a suplementação até a data anunciada. O Presidente respondeu que os pagamentos para o mês de setembro estão garantidas, mas explicou que a arrecadação do Fundo de Assistência Judiciária é semanal, permitindo contingenciar algumas despesas, no entanto, sinalizou que caso a arrecadação fosse insuficiente no mês de setembro, as despesas de custeio estariam comprometidas no pagamento de 1º de outubro. Com relação a Infância, a Corregedora Ana Paula considerou que a deficiência de Defensores nas unidades era um problema vivenciado por toda a Defensoria Pública, e pontuou que na Regional Criminal há um grave problema, mas que infelizmente o pleito deverá aguardar um pouco para ser sanado. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano se solidarizou com o pleito, e demonstrou preocupação com as pautas extraordinárias. O Ouvidor Alderon Pereira relatou que a Unidade de Santo Andre enfrenta a mesma situação, bem como outras unidades da Defensoria Pública, e avaliou que a ausência de Defensores Públicos afeta a qualidade do serviço prestado aos usuários. A Conselheira Fabiana Zapata relatou que, nesta semana, esteve na Unidade Infância e Juventude para tratar das dificuldades vivenciadas, e ressaltou que havia a previsão de dois cargos de novos Defensores Públicos, mas ficou sobrestada em razão da questão orçamentária, no entanto, sinalizou que a questão havia se agravado quando surgiu uma pauta extraordinária, bem como a dificuldade de movimentação dos Defensores itinerantes. Apontou que, nas próximas semanas, haverá uma sequência de gozo de férias dos Defensores Públicos na unidade, acarretando ainda mais a dificuldade local. Acrescentou que, na Unidade Santo André, a situação também é delicada, relatando que havia três afastamentos por licença maternidade e um por licença saúde. Contudo, mencionou que a Defensoria Geral busca minimizar ao máximo os problemas encontrados nas Unidades do Estado. Com relação ao atendimento do Assistido Vanderlito Raimundo, o Ouvidor Alderon Pereira mencionou que a demanda carece ser analisada, e destacou a atuação do Coordenador do Atendimento Inicial da Capital, Defensor Marcelo Dayrell, que têm solucionado os problemas apresentados, possibilitando diversos avanços. No caso em questão, avaliou ser necessária uma atuação coletiva para o desenvolvimento de uma política pública voltada a população de rua. A Conselheira Fabiana Zapata avaliou que o pleito havia sido respondido na última sessão em que o Sr. Vanderlito esteve presente no Conselho Superior, e ressaltou que existem Defensores Públicos no Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, que integram o Comitê da População em Situação de Rua, visando garantir a participação dos movimentos sociais. Nesse sentido, informou que se reunirá com o Coordenador do Núcleo Especializado, de modo que houvesse a instituição de um ato possibilitando a inscrição de Defensores Públicos para atuação no comitê, a fim de oferecer célere atendimento, especialmente aos casos que demandam atuação judicial. Por fim, agradeceu o Defensor Público Marcelo Dayrell no âmbito do atendimento à população em situação de rua, que possibilitaram algumas mudanças. A Corregedora Ana Paula relatou que, nesta semana, havia realizado reuniões com representantes da Procuradoria, Tribunal de Justiça, Ministério Público e a Ouvidoria-Geral, e mencionou que o Corregedor do Ministério Público havia sinalizado a possibilidade de trabalhar em conjunto nas demandas comuns das instituições, especialmente as relacionadas ao e-Saj e à execução

criminal. Informou que, na próxima segunda-feira, estava prevista uma reunião com o Tribunal de Justiça do Estado, visando tratar do tema, e relatou sobre a dificuldade dos Defensores em acessarem os processos de execução, inclusive a demora para emissão das guias de recolhimento. O Ouvidor Alderon Pereira agradeceu o convite externado à Ouvidoria-Geral, e considerou que os órgãos poderão desenvolver um trabalho relevante conjuntamente. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano relatou que, nesta semana, esteve em Brasília tratando da articulação com Deputados e Assessores, de modo a garantir a retirada do projeto de lei nº 257/16, e considerou que as reuniões realizadas foram profficuas. Relatou que, após articulação com o Deputado Herculano Passos, houve a possibilidade de a Defensoria e a Apadep participarem do encontro de Deputados e Promotores. Nesse sentido, agradeceu o reconhecimento feito pelo Defensor Geral, e destacou que o trabalho das instituições devem ser realizados conjuntamente. Informou que, na última segunda-feira, havia protocolado o pedido de reconsideração da decisão do Tribunal de Contas do Estado, que julgou o sistema remuneratório da Defensoria Pública, e sinalizou que a Defensoria Geral também havia apresentado o recurso na última sexta-feira. Destacou que, na próxima sexta-feira, ocorrerá a solenidade de posse da nova Diretoria da Apadep, e nesse sentido, informou que esteve na Assembleia Legislativa, a fim de distribuir convites. Na oportunidade, comentou que havia aproveitado para agendar reuniões com os Deputados e Assessores na tramitação dos projetos nº 25/16 e nº 58/15. Mencionou a continuidade de negociações junto aos Secretários Estaduais, visando a suplementação orçamentária ao exercício de 2016, bem como a articulação sobre o orçamento do exercício de 2017, de modo a contemplar o reajuste dos salários e aposse dos aprovados no VII Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. O Ouvidor Alderon Pereira comunicou que, na próxima semana, será realizada uma reunião do Conselho Consultivo da Ouvidoria, e para isso, pediu que a administração realizasse um levantamento sobre a realidade das unidades no que tange a quantidade de Defensores em comparação com a quantidade de atendimentos, mostrando a importância de se pensar em formas de enfrentar os problemas, diante de elementos concretos. Informou que, no próximo sábado, completará um ano da chacina de Osasco, e elogiou a atuação da Defensoria Pública no caso, especialmente a dos Defensores Públicos Maira Coraci e Raul Ferreira, que acompanham os processos criminais e apuram a participação de policiais no episódio, inclusive a de pedidos de indenização às famílias das vítimas. Informou que, no próximo sábado, será realizado no auditório da Defensoria Pública um encontro entre Defensores Públicos e Representantes de Movimentos Sociais, visando tratar da realidade e a perspectiva da Defesa dos Direitos Humanos. Destacou que, nos próximos dias 29 e 30 de agosto, será realizado um seminário promovido pelo Ministério Público da União em parceria com a Edepe, visando disseminar a discussão do uso inadequado de agrotóxicos no Estado. O Conselheiro Florisvaldo Antonio informou que, na última semana, havia realizado visita à Unidade Registro, e destacou que os Defensores locais possuem forte atuação em tutela do interesse da população quilombola e indígena da região. Informou também que, nesta semana, havia realizado uma reunião com Assessores da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, a fim de tratar do pedido de devolução da sala da Vec ocupada pela Defensoria de Taubaté. Mostrou preocupação, pois a Unidade Taubaté carece de espaço para o desempenho das funções, e após as tratativas, considerou o encontro produtivo, diante da sinalização dos Desembargadores, que mostraram sensíveis à prestação do serviço ao público. Relatou que, na oportunidade, houve a abordagem da expansão das audiências de custódia no Interior do Estado, em razão da insuficiência de Defensores Públicos. Informou que o Tribunal de Justiça têm conhecimento da questão, assim como do esforço da Defensoria para atuar nas audiências de custódia, e pontuou que o diálogo precisa ser intensificado, visando estabelecer fluxos que permitam o provisionamento em caráter menos prejudicial e mínimo no impacto orçamentário nos locais onde a Defensoria Pública não atua. Nesse sentido, comentou que há um estudo que prevê a atuação do advogado nas audiências de custódia, a fim de vincular à ação penal, de modo a inviabilizar o pagamento duplo por um mesmo atendimento. Relatou ainda que, a Terceira Subdefensoria em conjunto com a Segunda Subdefensoria, havia realizado uma reunião com a responsável pelo Centro de Integração da Cidadania (CIC), de modo a enfrentar as dificuldades diante do contingenciamento orçamentário, pois havia sido definida a readequação interna das unidades, tanto na Capital como no interior. Informou que inicialmente haveria compartilhamento dos computadores existentes, nesse sentido, sinalizou algumas dificuldades, pois nem todos os Defensores Públicos possuem notebooks para fazer uso nos atendimentos. Por fim, pontuou que haverá outras reuniões para que os Defensores que atuam nos CICs não fossem prejudicados. Após as manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação ao pedido do Ouvidor

Geral sobre o levantamento de dados, o Presidente informou que acionaria a equipe da Primeira Subdefensoria, visando elaborar o material solicitado, de modo que possa subsidiar a reunião. Com relação a chacina de Osasco, o Presidente comentou que a questão estava sendo tratada com o Deputado Carlos Bezerra, da Comissão de Direitos Humanos da Alesp. Citou que, na última quinta-feira, após conversas com a Secretaria da Casa Civil, a Defensoria Geral havia protocolado na Procuradoria-Geral do Estado, os pedidos administrativos de indenização para as famílias das vítimas. Por fim, comentou que a Defensoria Geral continuará acompanhando a tramitação dos processos. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente indagou os Conselheiros sobre a inversão e a exceção de processos, o qual foi deliberado a seguinte ordem: CSDP nº 480/16 (excetuado a pauta). Interessado: Alandeson De Jesus Vidal. Assunto: Pedido de liminar para extensão do período de licença-paternidade. Relator: Conselheiro Leandro de Col. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de solicitar imediata redistribuição dos presentes autos ao Conselheiro Relator que deverão ser apensados aos autos do processo CSDP nº 435/16 atualmente em poder da Conselheira Fabiana Botelho Zapata por ocasião de pedido de vista. O Presidente encaminhou para discussão. A Conselheira Fabiana Botelho Zapata manifestou que o pedido do interessado devesse ser encaminhado ao Defensor Público Geral. O Conselheiro Pedro Avellar discordou do entendimento, e ponderou que, antes da autuação, sem previsão normativa o Presidente deveria analisar o requerimento. Pontuou que após a autuação o expediente deveria ser analisado no âmbito do Conselho Superior. O Presidente sugeriu que, tendo em vista o prazo do término da licença paternidade do interessado, fosse encaminhada cópia do expediente a Chefia de Gabinete para decisão no âmbito da Defensoria Geral. Acompanhou o entendimento os Conselheiros Alexandre Orsi, Leandro de Col, e o Representante da Apadep, Leonardo Scofano. O Conselheiro Florisvaldo Fiorentino se declarou suspeito em razão de vínculo pessoal. O Conselheiro Alexandre Orsi solicitou dados com relação ao pedido do proponente, pois tinha dúvidas quanto a liminar pretendida. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano sugeriu que o interessado refizesse o pedido encaminhando-se a Defensoria Geral. O Conselheiro Pedro Avellar alegou não ser atribuição do Conselho analisar a liminar em caráter de urgência, devendo ser analisado pela Administração Superior, pois o requerimento refere-se a um pedido administrativo. O Conselheiro Horácio Xavier apontou ser o segundo pedido de liminar aportado no Conselho Superior, assim entendeu que o tema devesse ser amadurecido, visando regulamentar em regimento interno. Exemplificou que a liminar tem aspecto de irreversibilidade, considerando que a matéria não é de competência do Conselho Superior. O Presidente considerou que o Conselho Superior deveria se debruçar sobre o pedido do interessado, ao contrário da questão normativa. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator, bem como encampada a sugestão da Presidência. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, apensar o presente procedimento ao processo CSDP nº 435/16, encaminhando-se cópia dos autos à Defensoria Pública-Geral. Declarou-se suspeito o Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. CSDP nº 482/16 (Excetuado a pauta). Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Impugnação ao resultado do Concurso de Promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2016, publicado no DOE de 06 de agosto de 2016. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido indeferir a impugnação mantendo-se a lista de promoção por merecimento aprovada por este Conselho na sessão anterior. O Presidente encaminhou discussão e posteriormente para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, negar provimento a impugnação do interessado. CSDP nº 484/16 (Excetuado a pauta). Interessado: Segunda e Terceira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de ratificação do Ato Normativo nº 15/09 (que define os padrões de lotação dos locais de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira A relatora leu o relatório e proferiu o voto oralmente no sentido acolher a ratificação do Ato Normativo nº 15/09. O presidente encaminhou para discussão. A Conselheira Fabiana Zapata informou que, tendo em vista o afastamento dos Defensores para a Administração Superior, Núcleos Especializados e afastamentos perenes, haveria necessidade de ratificação do Ato Normativo diante da designação prevista no decorrer da semana. Após, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, ratificar a proposta apresentada, encaminhando-se cópias dos autos à Defensoria Pública-Geral. CSDP nº 483/16 (Excetuado a pauta). Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento

"VI Congresso e II Internacional de Direito Homoafetivo", a ser realizado no período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2016. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido indeferir o afastamento da Servidora Cristina Pereira de Oliveira e deferir os pedidos de afastamento dos Defensores Públicos nominados e da Agente de Defensoria/Assistente Social abaixo nominados, na seguinte conformidade: a) Paulo Fernando de Andrade Giotri, nos dias 31 de agosto e 01 e 02 de setembro de 2016; b) Vinicius Conceição Silva, Carla Pinheiro Martins e Elisabete Gaidi Arabage nos dias 01 e 02 de setembro de 2016. Justificou, ainda, que o indeferimento do afastamento da Servidora Cristina Pereira de Oliveira se deu em razão da manifestação do Coordenador da Unidade Guarulhos, que consignava a notícia de que o atendimento do CAM seria realizado por duas estagiárias, e acrescentou a notícia de um afastamento por licença-maternidade naquele local. Esclareceu também que, segundo a programação do evento, não haveria a necessidade do afastamento integral dos interessados, exceto a situação do Defensor Público Paulo Giotri, lotado na Unidade de Ribeirão Preto. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi acompanhou integralmente o voto do relator, considerando que a Unidade Guarulhos deveria inviabilizar o atendimento apenas por estagiários. O Conselheiro Alexandre Orsi afirmou que, para fins de certificação, a Edepe considera a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em seus eventos. O Presidente sugeriu que, por conta do indeferimento do afastamento da servidora da Unidade de Guarulhos, houvesse a necessidade de informação a EDEPE, visando chamar o próximo suplente. Em seguida, encaminhou para a deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos no voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do Defensor Público Paulo Fernando de Andrade Giotri, no período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2016, e dos Defensores Públicos Vinicius Conceição Silva, Carla Pinheiro Martins, e a servidora Elisabete Gadei Arabage, nos dias 01 e 02 de setembro de 2016. DELIBEROU ainda, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento da servidora Cristina Pereira de Oliveira. Por fim, DELIBEROU oficial a Edepe, em virtude de ainda haver tempo hábil para julgamento, a fim de que apresente, se o caso, suplente a vaga remanescente. CSDP nº 256/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter em diligência para: a) apresente detalhadamente o andamento de todas as ações coletivas propostas pelo Núcleo, ou em conjunto com outro núcleo ou Defensor Natural, com o número do processo, andamento processual e quais as providências jurídicas o núcleo tomou no período do compreendido pelo relatório. b) apresente detalhadamente o andamento de todas as ações judiciais, com o número do processo, andamento processual e quais as providências jurídicas o núcleo tomou no período do compreendido pelo relatório; c) junte aos autos todos os memoriais ou peças jurídicas produzidas pelo Núcleo no período deste relatório; d) relação de frequência dos membros e colaboradores do Núcleo nas reuniões ordinárias; e) apresente detalhadamente em que consistiu a atuação do 3º Defensor Público afastado, notadamente, se houve alguma atuação, no período, na temática de direito ambiental, tal qual como aprovado pelo colegiado, quando do afastamento. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar questionou quanto ao pedido de conversão em diligência em decorrência dos itens mencionados pelo relator. O relator informou que no relatório a menção do número de processos, mas não o conteúdo dos mesmos, neste sentido, entendeu ser necessário a complementação por diligência, nos mesmos moldes do extrato de processos do Tribunal de Justiça. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. CSDP nº 404/16. Interessados: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselheiro Horacio Xavier leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de acolher a aprovação da proposta, com as modificações, que já foram inseridas na minuta apresentada pelos interessados, as quais submeto a avaliação deste Colegiado. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Florisvaldo Fiorentino manifestou que, em relação ao artigo 11 da minuta apresentada, a proposta é válida, todavia, na prática seria possível causar constrangimento ou inibição para que a Coordenação processasse o feito, pela relação de proximidade existente entre os envolvidos. Também considerou que a Coordenação Regional possui déficit de

servidores não sendo possível assumir, também, essa atribuição. A Conselheira Fabiana Zapata solicitou vista do processo, a fim de avaliar o procedimento administrativo. Após a discussão o Presidente concedeu a vista. O Conselho Superior DELIBEROU conceder vista a Conselheira Fabiana Botelho Zapata. CSDP nº 452/16. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2015 a março de 2016). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de voto pela aprovação do relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas. O Presidente encaminhou para discussão e posteriormente para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas. CSDP nº 453/16. Interessado: Mario Henrique Ditticio. Assunto: Relatório de atividades desenvolvidas no período de 20 de julho de 2015 a 31 de maio de 2016, junto a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido aprovar o relatório, com juntada deste procedimento administrativo aos autos do CSDP 552/15. O Presidente encaminhou para discussão e posteriormente para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório de atividades apresentada pelo interessado. CSDP nº 456/16. Interessados: Luiz Carlos Favero Junior, Rafaela Comunale Aleixo e Carla Battistetti Medeiros Basoli. Assunto: Remoção por permuta (03ª DP da Unidade Tupã, 04ª DP da Unidade Barretos e 11ª DP da Unidade Presidente Prudente). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido acolher pelo deferimento do presente pedido de remoção por permuta, no qual inicialmente o Dr. Luiz Carlos permutará com a Dra. Rafaela, e, na sequência, a própria Dra. Rafaela permutará com a Dra. Carla. Ao Conselho Superior final, o Dr. Luiz estará lotado na 4ª Defensoria Pública da Unidade Barretos (Regional Ribeirão Preto), a Dra. Rafaela na 11ª Defensoria Pública da Unidade Presidente Prudente, e a Dra. Carla na 3ª Defensoria Pública da Unidade Tupã (Regional Marília). O Presidente encaminhou para discussão e posteriormente para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, após o prazo de manifestações, deferir a permuta entre os Defensores Públicos Luiz Carlos Favero Junior, Rafaela Comunale Aleixo e Carla Battistetti Medeiros Basoli. CSDP nº 466/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Proposta de deliberação, a fim de alterar a denominação do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A relatora leu o relatório e proferiu oralmente o voto acolhendo a proposta, visando alterar a denominação do Núcleo. O Presidente encaminhou para discussão e posteriormente para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a proposta, nos termos da Deliberação CSDP nº 330, de 12 de agosto de 2016, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 471/16. Interessado: Paulo Keishi Ichimura Kohara. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de doutorado, nos dias 26 de agosto e 04 de outubro de 2016. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher o afastamento tendo em vista ter comprovado que os requisitos objetivos dos arts. 2º e 4º da Deliberação 183/10, com especial destaque para a comprovada ausência de prejuízo ao serviço público na Unidade Vila Mimososa. O Presidente encaminhou para discussão e posteriormente para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado, no período de 26 de agosto e 04 de outubro de 2016. CSDP nº 472/16. Interessados: Marisa Sandra Luccas e Paulo Keishi Ichimura Kohara. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "I Jornada de prevenção e solução extrajudicial de litígios", a ser realizada no período de 22 a 23 de agosto de 2016. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir os pedidos dos interessados para autorizar os afastamentos par aos dias 22 e 23 próximos com custeio de despesas de transporte e período de trânsito inicial em 21 de agosto. O Presidente encaminhou para discussão. Ponderou sobre a necessidade de contingenciamento de gastos, e pontuou que em casos análogos houve o deferimento condicionado a renúncia de diárias e/ou outras verbas indenizatórias. O Conselheiro Pedro Avellar sinalizou que Edepe poderia custear as despesas do evento. O Conselheiro Florisvaldo Fiorentino considerou que o evento não estaria sendo promovido pela Edepe, e neste caso, frisou que as diárias e o transporte seriam

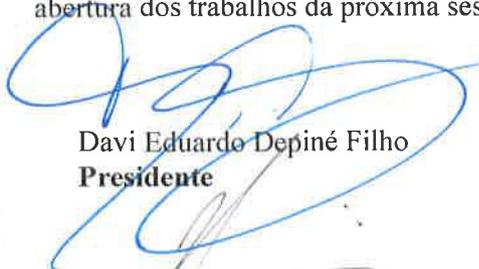
custeados pela Coordenadoria Geral de Administração, mas que diante do cenário de contingenciamento vivenciado pela Instituição seria de maior cautela que essa previsão orçamentaria ficasse comprovada. O Presidente encaminhou para deliberação, em relação ao afastamento para os dias 22 e 23 de agosto, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. Em seguida, encaminhou para deliberação a sugestão do Conselheiro Florisvaldo sobre o custeio de despesas e o início de trânsito para o dia 21 de agosto, sendo aprovado por maioria de votos, vencido o relator, condicionando a renúncia ao pagamento de despesas. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos servidores Marisa Sandra Luccas e Paulo Keishi Ichimura Kohara, nos dias de 22 de agosto e 23 de agosto de 2016. DELIBEROU ainda, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior, condicionar o afastamento dos interessados a renúncia ao pagamento de diárias e ou outras verbas indenizatórias. Vencido o Conselheiro Pedro Antonio de Avellar, que votava pelo custeio das despesas de transporte e diárias nos dias do evento. CSDP nº 476/16. Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação para participação no evento "I Seminário de Direito Urbanístico da Defensoria Pública do Estado", a ser realizado nos dias 15 e 16 de agosto de 2016. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de autorizar o afastamento dos Defensores Públicos interessados para os dias 15 e 16 de agosto. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Horácio Xavier se declarou impedido por ser Coordenador Regional, no que tange ao Defensor Renato Campolino. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores Públicos: Renato Campolino Borges, Vanessa Chalegre de Andrade França, Allan Ramalho Ferreira, Gustavo Siqueira Marques, Felipe Amorim Princesa, Thaís de Campos, Carolina Rangel Nogueira, Renata Manzoni Bernardi, Fernanda Maria Lucena Bussinger e Victor Hugo Albernaz Junior, nos dias 15 e 16 de agosto de 2016. Impedido o Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. CSDP nº 477/16. Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "22º Seminário Internacional de Ciências Criminais do IBCCRIM", a ser realizado no período de 23 a 26 de agosto de 2016. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do Defensor Público interessado no período por ele indicado para frequentar o 22º Seminário Internacional do IBCCRIM, uma vez que preenchidos os requisitos exigidos pela normativa vigente, afastando-se, todavia, o pagamento de diárias e outras verbas indenizatórias. Votou ainda, pelo deferimento do afastamento do Defensor Wesley Sanches Pinho, que se inscreveu individualmente para o evento cumprindo todos os requisitos, de modo que houve o apensamento do presente pedido, em razão de tratar do mesmo evento. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar questionou quanto ao prazo da inscrição do Defensor interessado e, tendo ele já arcado com custos da inscrição do evento, acompanhou o voto do relator. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores Públicos: Akira Koza Palmieri, André Cadurin Castro, Glauco Mazetto Tavares Moreira, Luis César Rossi Francisco, Patrícia Lucíola Dias de Moraes, e deferir o afastamento individual do Defensor Público Wesley Sanches Pinho, nos termos do enunciado CSDP nº 01. Consigna-se que a sessão foi encerrada as 13h58min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1129/09. Interessada: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessadas: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº

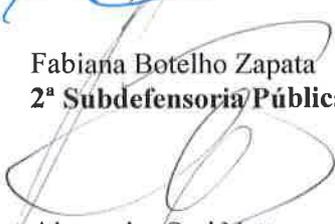
355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florivaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividade docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florivaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator:

Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Florivaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessada: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessada: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista triplíce de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima

sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florivaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessados: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 391/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 394/16. Interessado/a: Tiago Thomaz Arias. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Oracle Grid Infrastructure 11G: Gerenciamento do clusterware e do ASM", a ser realizado no período de 15 a 19 de agosto de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 401/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 431/16. Interessado: Diogo Cesar Perino. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Araçatuba / Para: Município de Bauru). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 435/16. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 457/16. Interessados: Helena de Lacerda Rodrigues Lage e Augusto Guilherme Amorim Santos

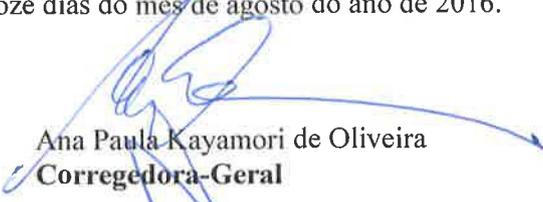
Barbosa. Assunto: Remoção por permuta (01ª DP da Macrorregião 4 e 03ª DP da Unidade Jacareí). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessados: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 470/16. Interessado: Rafaela Augusta de Almeida. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado "Pós Graduação em Ciência da Informação", no período de 05 de setembro a 16 de dezembro de 2016. Relator: Conselheiro Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 064/14. Interessado/a: Leonardo Biagioni de Lima. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 068/14. Interessado/a: Leticia Marques de Avelar. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 008/14. Interessado/a: Daniela Franco Lara. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 089/14. Interessado/a: Rafaela Comunale Aleixo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 013/14. Interessado/a: Aline Munhoz Seixas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 098/14. Interessado/a: Sun Yue. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 001/15. Interessado/a: Danielle Mitie Kita. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 056/14. Interessado/a: Jessica Maria Benedetti. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h58min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos doze dias do mês de agosto do ano de 2016.


Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente

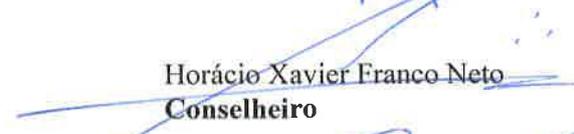

Fabiana Botelho Zapata
2ª Subdefensoria Pública-Geral

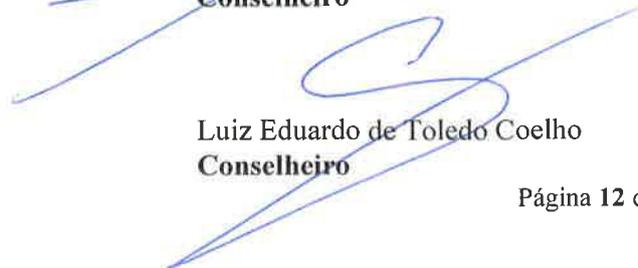

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro


Júlio Cesar Tanone
Conselheiro


Ana Paula Kayamori de Oliveira
Corregedora-Geral


Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior
3º Subdefensoria Pública-Geral


Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro


Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



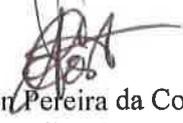
Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro



Leonardo Scofano Damasceno Peixoto
Representante da Apadep



Pedro António de Avellar
Conselheiro



Alderom Pereira da Costa
Ouvidor-Geral